

Quando a Sociologia vai à escola: um projeto de extensão universitária na conjuntura política atual

Resumo: A extensão universitária, apesar de ser frequentemente ignorada, é uma parte muito importante da universidade pública, ela é uma ponte entre a universidade e a sociedade que a cerca. Esse artigo tem o objetivo de partilhar a experiência de um projeto de extensão desenvolvido por graduandos de Ciências Sociais e Pedagogia que promove oficinas para discutir e ensinar conteúdos relacionados à sociologia no ensino médio em uma escola estadual em São Paulo. Além disso, o artigo discute como o ensino de sociologia poderá ser afetado pelas atuais propostas de reformulação do ensino aos níveis estadual e federal.

Abstract: *The university extension, although frequently ignored, is a very important part of the public university, it is a bridge between the university and the society that surrounds it. This article aims to share the experience of an extension project developed by Social Sciences and Pedagogy students at the University of Sao Paulo, that promotes workshops to discuss and teach contents related to sociology in a public high school at Sao Paulo. Furthermore, this article discusses how sociology education could be affected by the recent education reforms carried out by the current government.*

Introdução

Este artigo procura apresentar reflexões sobre um projeto de extensão universitária desenvolvido por alunos de graduação e licenciatura do curso de Ciências Sociais junto à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e que tem como mote desenvolver oficinas e discussões a partir de temáticas referentes às Ciências Sociais junto a alunos e alunas frequentadoras de escolas públicas da rede estadual de ensino de São Paulo, em particular do Ensino Médio. Essa proposta deve-se à necessidade de contato, ainda que pela via de um artigo acadêmico e dentro de seus limites, de compreender outros trabalhos de mesma envergadura e, com isso, ampliá-lo.

O artigo 207 da Constituição Brasileira estabelece a indissociação do ensino, pesquisa e extensão na estrutura universitária. Nesse sentido, o projeto de *extensão* Sociologia em Movimento, orientado pela Professora Dr.^a Márcia Gobbi, que reúne alunos de graduação para a realização oficinas de sociologia em uma escola estadual, serve como forma de relembrarmos a importância da extensão nesse tripé universitário, pois serve como complementação da formação acadêmica dos graduandos e como forma de comunicação entre o conhecimento produzido pela universidade e a sociedade.

Dessa forma, para nós, a extensão universitária acontece quando a comunidade interna da Universidade relaciona-se com a comunidade que a cerca, partilhando com ela o conhecimento que é produzido na universidade. Como explica Cláudia Oliveira (2004), esse é um espaço no qual o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular se encontram, propiciando a troca entre os dois e promovendo o crescimento de ambos.

O Grupo de extensão Sociologia em Movimento entende que a extensão é uma parte fundamental da universidade, pois ela proporciona maior integração da universidade com a sociedade da qual ela faz parte. Nossa experiência com a extensão mos-

tra que ela permite a aprendizagem tanto para os extensionistas quanto para a comunidade externa. Aos alunos universitários o projeto trouxe valiosa experiência nas práticas de ensino; aos alunos do ensino médio permitiu uma nova abordagem do que é ensinado na disciplina de sociologia.

Em avaliações contínuas realizadas no decorrer do processo das oficinas e em reuniões sistemáticas de todo o grupo participante do projeto de extensão podemos considerar que as temáticas abordadas – que serão mais bem apresentadas no corpo do artigo – definidas a partir de observação dos e com todos os envolvidos têm resultado em participação constante de estudantes do ensino médio. Ao mesmo tempo, ensejam debates, maior participação em processos decisórios na escola sede do projeto e ampliação do repertório teórico em conjugação àquele já trabalhado em sala com o professor responsável pela disciplina de sociologia em tempo regular.

O grupo de extensão foi criado em 2013 por uma iniciativa de alunos das Ciências Sociais interessados na leitura de textos do Paulo Freire e em seus ensinamentos em prática. Na segunda metade do ano de 2015, passou a fazer oficinas regulares em uma escola estadual de Osasco, região metropolitana de São Paulo, no contraturno dos alunos do ensino médio uma vez por semana. O projeto foi formalizado na Universidade de São Paulo em 2016 e passou a ser orientado pela professora Márcia Gobbi da Faculdade de Educação. Atualmente o número de participantes da graduação é em torno de 15. Cada oficina conta, geralmente, com a participação de 4 ou 5 extensionistas e um número variável de alunos da escola, mas com frequência média de 15 alunos.

No olho do furacão: ensino de sociologia, reformas na educação e a sociologia nesse movimento

É necessário contextualizarmos o momento político em que nos inserimos, em março de 2017,

Fernando Lau-
danna

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo -USP, membro do grupo de extensão "Sociologia em Movimento".

Contato:

fernando.blau-danna@gmail.com

Gabriela Sawaya

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo -USP, membro do grupo de extensão "Sociologia em Movimento".

Contato:

gabriela.sawaya@usp.br

Heven Carneiro

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo -USP, membro do grupo de extensão "Sociologia em Movimento".

Contato:

heven.almeida@usp.br

Palavras-chaves:

Extensão-universitária; ensino-de-sociologia; educação.

Keywords:

University-extension; sociology-education; education.

Isabela Lira

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo -USP, membra do grupo de extensão "Sociologia em Movimento".

Contato:

isabelalira17@gmail.com

Júlia Audujas Pereira

Graduanda em Pedagogia pela Universidade de São Paulo -USP, membra do grupo de extensão "Sociologia em Movimento".

Contato:

julia.audujas.pereira@usp.br

Sofia Maria Barreto de Andrade

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo -USP, membra do grupo de extensão "Sociologia em Movimento".

Contato:

sofiamariabarreto@gmail.com

Natália Salan Marpica

Doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - USP.

Contato:

nataliasalan@yahoo.com.br

pois o país passa por uma série de propostas de mudanças educacionais, que trazem consequências específicas para a escola pública e para o ensino da sociologia como disciplina escolar.

O ensino de sociologia passou a ser obrigatório em junho de 2008, com a Lei nº 11.684, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mas mudanças na atual conjuntura propõem uma série de modificações educacionais que ameaçam o ensino de sociologia, como a PEC 55, a Medida Provisória da Reforma do Ensino Médio, lançadas pelo governo do presidente Michel Temer (que assumiu o poder após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff), e o projeto de lei da Escola sem Partido no Estado de São Paulo. Cada uma dessas novas políticas implementadas afeta de maneira diferente a educação pública em geral e também, mais especificamente, o ensino de sociologia e seus conteúdos abordados por profissionais especialistas na área, já que tramita também a proposta de um chamado notório saber que permitiria, a quem o possuía, atuar no magistério em distintos níveis de ensino.

Parece-nos latente, portanto, apresentar que medidas são essas e por que nosso projeto de extensão vai na contramão delas, buscando, mesmo em seu pequeno espaço, um ensino de qualidade, aberto à pluralidade de ideias e focado no ensino da sociologia como disciplina cujos conteúdos podem comportar-se como fomentadores de um modo sociológico de pensar sobre distintos contextos e relações sociais já arraigadas em todos, contribuindo de modo crítico. Como escrevemos nosso artigo no olho do furacão, não basta afirmar que se trata de um momento de crise. À mesma somam-se incessantes ataques à educação cujos efeitos ainda não sabemos exatamente quais são, sobretudo aqueles concernentes à formação das juventudes atuais e futuras.

Importa desde já contextualizar nossa escrita e que vem ao encontro da proposta de extensão já mencionada; afinal, em que momento partimos para as escolas discutir sobre sociologia com alunos e alunas de escola pública da periferia paulistana? Como o projeto se desenvolve entre as turbulências dos processos políticos cotidianos? Primeiramente, destacamos a Proposta de Emenda Constitucional 55 (inicialmente PEC 241) como um dos mecanismos recentes que afronta a luta pelo ensino público de qualidade no país. O discurso político por trás de sua implementação, como a única solução para a crise econômica que se desenrola atualmente, esconde um projeto político que visa à retirada de recursos públicos de áreas de necessidade básica, tais como saúde e educação. Tal Proposta de Emenda Constitucional define limites nos exercícios financeiros pelos próximos vinte anos, indo na contramão daquilo definido pela Constituição Federal no Art. 212:

"A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino". (BRASIL, 1988)

Com a aprovação da PEC 55, os gastos com a educação passam a não ser mais calculados a partir da receita resultante dos impostos da União, mas se tornam apenas uma atualização dos números obtidos em 2016, sendo corrigidos anualmente pela inflação, sem acordar com as possíveis mudanças nas arrecadações tributárias, como os incisos I e II do § 1º do art. 102 da PEC 55 descrevem:

"I - para o exercício de 2017, à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2% (sete inteiros e dois décimos por cento); e II - para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou de outro índice que vier a substituí-lo, para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária." (BRASIL, 2016a, p.2)

Dessa maneira, a PEC 55 desvincula os gastos com educação da receita federal. Se antes os gastos com a educação eram proporcionais à receita, e cresciam conforme a ela, após a implementação da PEC 55 haverá um descompasso entre a situação econômica e os gastos destinados à área de educação. Tal medida parte do pressuposto de que aquilo calculado no período atual de crise econômica serve como base para os próximos vinte anos, desconsiderando possíveis mudanças no cenário econômico do país. Como argumenta Vieira Junior (2016):

"O que se faz quando se congela as despesas primárias para os próximos vinte anos no âmbito do Poder Executivo, com base nas despesas efetivamente realizadas em 2016, num cenário recessivo, de retração de investimentos, em que foram constatados os maiores contingenciamentos na execução orçamentária dos últimos vinte anos, é estender, por um período de tempo absolutamente desarrazoado, as restrições e insuficiências hoje verificadas na implementação das políticas públicas." (p.17)

Fica claro como tal emenda pode acarretar consequências drásticas para a educação no Brasil, alterando aquilo definido constitucionalmente pelos próximos vinte anos e diminuindo gastos com uma área que já se encontra debilitada. Veremos também como as outras medidas que estão sendo debatidas atualmente também têm consequências drásticas ao ensino público e ao ensino de sociologia.

Em segundo lugar, o Senado aprovou no dia 08/02/2017 a medida provisória de número 746 que irá reformar o ensino médio do país. Estabelecida num momento peculiar, no qual a agitação política era elevada, essa reforma foi arbitrária, desconsiderando o diálogo com a sociedade; seu caráter de urgência não se justifica para um tema de tama-

nha importância. Nessa nova medida, português e matemática continuarão como disciplinas obrigatórias durante todo o ensino médio, mas outras disciplinas serão optativas. A partir dessa estrutura, as escolas deverão oferecer pelo menos um entre cinco diferentes tipos de “itinerários formativos”, possibilitando a ênfase no desenvolvimento de algumas matérias em detrimento de outras – cabe aos alunos a escolha do itinerário. No entanto, caso a escola não tenha dinheiro para financiar a demanda por algum itinerário específico (o que provavelmente se agravará com a aprovação da PEC 55), caberá aos alunos que aceitem o conteúdo oferecido ou que procurem outra instituição de ensino para completarem os seus estudos.

Dessa maneira, os estudantes mais prejudicados serão aqueles provenientes de regiões com poucas escolas, assim como aqueles que não têm a possibilidade de se mudar de um lugar para outro. O texto da Medida Provisória apresenta uma proposta em que “a base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia” (BRASIL, 2016b, p.2). Dessa forma, o texto fica abrangente e não explica claramente o que será abordado em cada disciplina e qual o formato. Concomitante a isso, a discussão feita pela mídia foi mal explicada e grande parcela da população não compreendeu de fato o que ocorreu.

Determinar que a sociologia possa ser apenas um conteúdo e não uma disciplina gera a manutenção do ensino como avesso à formação de indivíduos críticos – a sociologia no ensino médio poderia funcionar como uma ferramenta de análise crítica, por meio do estudo das diferentes formas de encarar a sociedade e da leitura dos autores fundamentais dessa ciência. Apresentar a sociologia apenas como conteúdo permite que professores de outras matérias abordem assuntos próprios dos cientistas sociais, desconsiderando a extensão e complexidade dos temas estudados; da mesma forma, o exercício de análise crítica da sociedade deve ser algo constante na vida dos estudantes do ensino médio – como participar ativamente da política sem conhecer e entender a própria realidade?

Já o projeto de lei N.º 867 de 2015, que propõe o “Programa Escola sem Partido”, é a terceira proposta política de nossa conjuntura atual que configura uma ameaça ao ensino, não só de sociologia, mas das ciências humanas em geral e do trabalho do professor. Ele trata os conteúdos das disciplinas dessa área como sendo somente destinados a uma “doutrinação” dos alunos, e não como contribuição científica do campo para a melhor compreensão da sociedade e de sua própria realidade. E, para além dos princípios que já são previstos na Constituição Federal, como “a liberdade de consciência e de crença”, ou “a neutralidade política, ideológica e religiosa”, o programa Escola Sem Partido possui justificativas que pressupõem a falta de criticidade e opinião própria dos alunos, tirando sua autonomia, e que atacam diretamente a formação e a liberdade do professor para tratar de assuntos que lhe parecem relevantes:

“5 - Liberdade de ensinar – assegurada pelo art. 206, II, da Constituição Federal – não se confunde com liberdade de expressão; não existe liberdade de expressão no exercício estrito da atividade docente, sob pena de ser anulada a liberdade de consciência e de crença dos estudantes, que formam, em sala de aula, uma audiência cativa;” (BRASIL, 2015, p.8)

Vasconcellos (2016) diz que “o problema apontado é que o artigo 5º da Constituição Federal garante a liberdade de expressão, enquanto o artigo 206 garante a liberdade de ensino”, portanto essa justificativa do Programa Escola Sem Partido estaria equivocada “pois o artigo 206 não substitui o artigo 5º, mas se soma a ele” (VASCONCELLOS, 2016). Sendo assim, impedir que o professor trate de determinados assuntos em sala de aula, bem como privar os alunos de uma convivência com diferentes formas de pensamentos, dado que o pluralismo de ideias também é previsto em Constituição, são práticas inconstitucionais.

Dado tal cenário político, torna-se latente a discussão sobre o ensino de sociologia, algo que nosso projeto pretende tratar. Entendemos que as aulas nas escolas públicas dentro do horário letivo não devem ser substituídas, mas podem apresentar um formato mais aproximado da realidade social dos estudantes, trazendo temas atuais e dinâmicas de grupo menos assimétricas. Desse modo, queremos deixar claro que a extensão universitária não trata de uma proposta alternativa à disciplina escolar e sua presença na escola como componente curricular, trata-se sim de apresentar práticas incluídas aos alunos e alunas do ensino médio que contribuam com sua formação, somando-se aos conteúdos propostos pedagógicos e didáticos praticados pelo professor de sociologia da escola e que já estão em curso.

O objetivo do Sociologia em Movimento, fazendo um contraponto às medidas políticas aqui apresentadas, é buscar maior pluralidade de ideias e abertura a discussões e debates, colocando o aluno em posição de autonomia sobre seu conhecimento, assim como compreender a sociologia como uma disciplina de extrema importância para a escola pública. É nesse ponto que, diante da atual conjuntura, o projeto de extensão encara desafios com relação ao ensino de sociologia, uma vez que busca promover o ensino de uma matéria desvalorizada pelas novas políticas educacionais através de métodos de ensino mais democráticos e abertos.

E a sociologia nesse movimento? O projeto

Os estudantes do curso de Ciências Sociais, dentro da realidade da USP, costumam alegar a falta de preparação adequada para atuarem como professores do ensino médio. No bacharelado não há qualquer formação específica para docência durante a graduação e mesmo na licenciatura, curso específico para formação de professores, essa preparação se mostra tímida, já que conta com poucas horas de estágio e para efetivação da prática docente e

reflexões necessárias para a mesma:

"Para mais de 2.000 horas do bacharelado [em Ciências Sociais, na USP], somam-se 660 horas de licenciatura (360 horas de disciplinas teóricas + 300 horas de estágio). Se tomarmos as disciplinas Metodologia do Ensino de Ciências Sociais I e II, que tratam especificamente da formação do professor de sociologia, contamos 360 horas (120 horas de disciplinas teóricas + 240 horas de estágio). [...] Esse resumo crítico tem por objetivo registrar para o debate essa situação insatisfatória em que se encontra a formação de professores na principal universidade do país, que, se não conseguiu apresentar uma solução para o problema, tem servido de modelo desde os anos de 1930." (MORAES, 2003, p. 14).

Assim, esse projeto se mostra importante para o desenvolvimento de uma prática de ensino e reflexão por parte dos estudantes de Ciências Sociais desde os primeiros anos do bacharelado. Dada essa demanda de formação, surgiu no curso de Ciências Sociais em 2015 um Núcleo de Extensão que tinha como intuito criar uma ponte entre o conhecimento acadêmico do Bacharelado e o ensino de Sociologia no ensino médio. Atualmente o projeto é composto tanto por alunos(as) da licenciatura quanto do bacharelado.

As primeiras tentativas e experiências possibilitaram a percepção da necessidade de encontrar alternativas para o ensino sendo que determinados conteúdos abordados distanciam-se da vivência e da realidade dos estudantes implicados, bem como de seus modos de viver e os locais em que a escola e suas famílias situam-se. Há ainda metodologias que se desencontram das expectativas e formas cotidianas de lidar com mundos que partem das juventudes e ainda, as tão propaladas vozes dos estudantes encontra-se abafadas pelos corredores e pátios, escondidas em manifestações que, por vezes, são avaliadas como menores ou passam ao largo da compreensão dos demais segmentos que compõem a escola. Assim, o ensino torna-se pouco afeito e significativo para os envolvidos.

Não se trata da chamada descrença no aluno, ainda presente em discussões em sala de professores e outros espaços, ao contrário disso, temos aqui verdadeira aposta em suas capacidades e pulsações de vida concernentes à escola e suas representações. É problematizá-la como espaço de encontros entre jovens e destes com distintos processos de construção de conhecimentos. Como em Dayrell & Reis (2007) a condição juvenil, suas culturas, demandas e necessidades devem ser problematizadas e também como ponto de partida para se pensar o ensino, nesse caso, de sociologia. O projeto Sociologia em Movimento, ora em curso, tem como princípio seguir um caminho em que as juventudes sejam não apenas observadas, mas também compreendidas como parte fundamental para a construção de práticas pedagógicas, composição das escolas em sua forma espacial, temporal e curricular, sem es-

quecer-se das relações entre todos os segmentos das unidades escolares.

Nosso grupo se reúne pelo menos duas vezes na semana para discutir coletivamente a preparação dos temas e formatos que utilizaremos nas oficinas. Nós vamos à escola, regularmente, uma vez por semana para desenvolver as oficinas durante a tarde, no contraturno das aulas regulares do Ensino Médio que acontecem pela manhã. A dinâmica das oficinas mudam constantemente, mas costumam ser centradas em jogos pedagógicos, recursos visuais, textos de fontes variadas e discussões sobre as experiências de vida dos alunos, relacionadas a temas da sociologia. Esse formato tem mostrado a possibilidade de ressignificar o espaço escolar, geralmente visto com maus olhos pelos alunos e alunas, mas que a partir das oficinas passaram a vivenciar esse espaço de aprendizagem de formas mais positivas.

A Experiência do Projeto em uma escola estadual de São Paulo

a) O papel da Extensão na formação do professor da rede estadual de ensino e dos estudantes de graduação de Ciências Sociais:

Ao adentrar na escola estadual em São Paulo, a extensão seguiu em parceria com o Professor de Sociologia dos três anos do Ensino Médio. Ao longo de um ano e meio presente na escola ele tem acompanhado oficinas sempre que possível, debatido e sugerido temas para que trabalhássemos durante as oficinas, feito a leitura de textos base que usamos para preparar temas e pensar práticas pedagógicas e também concretizado algumas propostas dadas nas oficinas em suas aulas de sociologia em sala de aula, embora não participe das reuniões do grupo ou do planejamento das oficinas.

O projeto de extensão possibilita uma troca entre a experiência prática do professor regular com os alunos de graduação, além de estar em contato com práticas pedagógicas e discussões políticas e sociais sobre sua formação de origem contribuindo, assim, de modo concomitante, para a formação docente e discente.

b) A relação dos alunos da escola com o conhecimento da sociologia e mapeamento dos alunos frequentadores da oficina:

Os alunos que participam das oficinas estão no ensino médio (de 15 a 18 anos) e estudam de manhã, as oficinas são feitas a tarde, no contraturno. Não são obrigatórias, mas o professor de sociologia concede aos alunos que participam das oficinas pontos a mais na média. Contudo, atualmente entendemos isso apenas como um dos fatores que determinam a participação dos alunos, dado que muitos dos alunos que frequentam as oficinas hoje em dia o fazem por real interesse ou curiosidade. A composição da sala é bastante variada: existem alunos que são classificados pela escola como "bons alunos", aqueles que tiram boas notas, também existem alunos que são classificados como "maus alunos", incluindo alunos repetentes.

A partir das experiências já realizadas nesse formato de oficina, foi possível notar que a relação que

os estudantes estabelecem com o conhecimento sociológico se transformou. Uma vez que perceberam que o conhecimento das ciências sociais pode ser construído a partir de sua realidade e utilizado para explicar a mesma, o desinteresse cotidiano cedeu lugar à curiosidade do saber, que é fundamental para construção do conhecimento. Utilizamos, por exemplo, o recurso do teatro inúmeras vezes na construção de situações conhecidas, em que, por meio de ações improvisadas, os alunos encenaram cenas como uma batida policial, uma conversa entre pais e filhos, uma situação com a namorada, sendo isso a base para tratar de assuntos mais abrangentes da sociologia.

Alguns temas já trabalhados com os alunos foram os fundamentos do discurso meritocrático, a questão da ostentação nas músicas atuais e seus significados, a cultura do estupro, a estrutura do capitalismo, a presença da hierarquia nas relações sociais, entre outros. Dois temas que dedicamos mais tempo foram o racismo estrutural da sociedade brasileira e questões de gênero.

O projeto também teve a oportunidade de levar os alunos para visitar uma aldeia indígena no Estado de São Paulo, visita esta que nos permitiu trabalhar o etnocentrismo e culturas diferentes da ocidental – o próprio guia da aldeia tratou de responder a todos os tipos de perguntas que os alunos tinham, como por exemplo: “Vocês fazem guerra com aldeias vizinhas?”. Os estudantes tiveram que percorrer um caminho no meio da floresta; passaram boa parte do trajeto reclamando, mas, ao mesmo tempo, questionavam sobre o estilo de vida daquele povo. Sob uma chuva de perguntas, o guia colocou à prova todos os tipos de questionamentos que os alunos tinham sobre o “ser indígena” – “Por que vocês usam camiseta?”, “Vocês andam de skate?” etc..

A metodologia das oficinas sempre foi elaborada a partir de discussões entre os alunos de graduação participantes do projeto e eram debatidas na medida em que eram aplicadas. Diversas vezes fazemos rodas de conversa, nas quais surgem os mais diferentes temas de debate, geralmente assuntos que esses alunos não têm abertura para discutir em nenhum outro espaço, como homossexualidade, questões de gênero, racismo, e até religião.

A cada oficina buscamos novos meios de ensinar a troca de ideias e ao mesmo tempo trazer conhecimento sociológico, seja por meio de debates, recursos visuais, leituras adaptadas de textos, jogos e dinâmicas. Para discutir o discurso meritocrático criamos um jogo em que cada personagem, interpretados pelos próprios alunos, de acordo com determinadas características (cor, gênero, histórico familiar) tinha um objetivo: responder aos anseios comuns da sociedade ocidental, ou seja, ser bem sucedido. Ao final do jogo, as características iniciais de seus personagens definiram onde tinham chegado, o que causou um grande furor na aula e abriu espaço para um amplo debate sobre meritocracia.

Já para debater o conceito de mais valia de Marx criamos uma fábrica de pipas, em que o dinheiro foi representado por balas e os alunos se dividiram entre empregados e donos de fábrica, fazendo sua própria linha de montagem, sendo que no final cada

personagem recebe seu devido salário (a maior parte ao dono, e menor aos empregados). Essas dinâmicas permitem não só a aprendizagem de conceitos caros à sociologia, como promovem discussões que os fazem pensar criticamente em sua realidade e no mundo que os cerca.

Ainda, durante as nossas oficinas, realizamos com 11 alunos um questionário para sabermos o perfil social deles, os dados da pesquisa permitiram analisar em que medida as expectativas de futuro dos jovens, sendo dentre esses onze, 4 meninas e 7 meninos, onde 27% são negros, 18,18% são pardos e 18% são brancos, podem ser afetadas por aspectos do perfil socioeconômico, onde 27% possuem uma renda familiar bruta de 1.000,00 até R\$ 1275,00, 45% possuem R\$ 792,00 até R\$ 1.000,00, e 27% não responderam, e 45% possuem três ou mais irmãos, ou seja, no mínimo 63% ganham menos de dois salários mínimos. A cada 11 entrevistados 7 querem fazer carreira, com destaque a um jovem que quer fazer carreira no exército, ou seja, 63% dos jovens querem dar continuidade nos estudos. Desses 63% é importante ressaltar que 57% são mulheres. Das carreiras estão: Psicologia (28%), Física (14%), Educação Física (14%), Direito (14%) e Jornalismo (14%).

Segundo Basso, Soares e Veriguine (2013), dentro dessa visão, a escolha profissional é realizada a partir das condições sociais e históricas conforme o sujeito está inserido, ou seja, esses jovens têm relações com essas carreiras que pré determinam suas escolhas de trabalho a partir do rol de experiências vividas e de interpretação dessas experiências.

Outro aspecto a ressaltar é que 27% dos jovens que responderam o questionário já estão inseridos no mercado de trabalho e ganham em torno de um salário mínimo. Pode-se destacar que o trabalho na vida do jovem pode ser de instância de inserção social, ou seja, na produção da subjetividade ele se torna primordial para traçar o projeto de futuro de um jovem (colocando o trabalho como algo essencial para uma boa imagem social), o fato é que as pessoas de renda e classes mais baixas acabam sofrendo muito com a crise do trabalho no Brasil, isto é, a responsabilidade de seu sucesso e fracasso se instauram de uma forma muito individual, ocultando toda uma problemática social de carências de instâncias políticas. Desta forma, o trabalho acaba por ter um peso muito maior na vida dos jovens das classes populares, que diante da aceleração desenfreada do sujeito contemporâneo é pressionado a sempre estar bem sucedido. “É indiscutível que a dimensão profissional como processo de socialização no que concerne à construção e reconstrução das identidades e, assim, das próprias trajetórias de vida, ganha relevo dentro de um cenário em que o emprego vem se tornando cada vez mais raro e o mundo do trabalho, sofrendo mutações profundas” (BASSO, SOARES e VERIGUINE, 2014), ou seja, o trabalho apresenta-se muito mais na vida cotidiana desses jovens do que a continuação dos estudos com uma visão de ascensão social, sendo esses jovens o que fazem parte da porcentagem que não pensam em seguir uma carreira profissional, ou não sabem responder.

Outro aspecto importante é a escolaridade dos

pais, dos quais 72% não passaram do ensino básico, e apenas 18% são alfabetizados. Os cargos de trabalho também não variam muito sendo 72% distribuídos entre Prestadores de Serviço, Comerciantes, Trabalhador do Comércio, Trabalhadora Doméstica, Cozinheira, Trabalhador de Indústria Metalúrgica e Trabalhador na área de Construção Civil sendo 28% restantes Funcionários Públicos. Esses dados são algo significativo quando considerado os traçados dos jovens no projeto de vida, observando as carreiras já citadas que os jovens pretendem exercer, pode-se ver que muito se da escolha da profissão, sendo mostrado que almejam aquilo que os pais não conseguiram: ascensão social através de um emprego bem conceituado, que possibilite uma remuneração alta, estabilidade e uma vida mais amena e sem esforço braçal nos trabalhos.

A maioria desses alunos tem dificuldade na aprendizagem devido ao contexto social e pedagógico, pois boa parte não conseguiu passar de ano, encontram-se em situação de defasagem escolar. Jovens muitas vezes rotulados como “maus alunos” e marginalizados pela escola e pela sociedade no geral. Provavelmente não conseguem se desenvolver no mesmo ritmo que a escola coloca como o ideal, o que ocasiona no processo de exclusão desses alunos do sistema escolar tradicional.

Entende-se que compreender a desigualdade de oportunidades e promover reflexões que não legitimem condições sociais que tratam o habitus de estudar como dom natural e não como dom social (Bourdieu, 1966) é ir na contramão de um projeto de escola que conserva e reproduz a desigualdade, ao legitimar um tipo de escolarização que privilegia apenas um grupo social: a classe dominante. Classe essa que, ao contrário dos alunos de baixa renda, têm acesso desde o começo de suas vidas a práticas da cultura letrada, dando origem a um acúmulo de capital cultural. É isso que mantém o domínio e a hegemonia desse grupo na sociedade, perpetuando o *status quo*.

O Projeto Sociologia em Movimento no contexto das políticas atuais

Retomando a implementação da reforma no ensino médio, um dos enfoques da Medida Provisória de nº 746 seria o ensino técnico. Existe uma clara diferença entre a maneira como as escolas particulares promovem a sua imagem na mídia, como essenciais no processo de entrada na universidade, e o que a Medida Provisória pretende para os alunos da rede pública: estudantes com ensino médio completo, mas sem curso superior, ocupando posições no mercado de trabalho para funcionários de nível técnico.

A tendência das políticas educacionais atuais são de sucatear a escola pública e, concomitantemente, dar prioridade a um ensino tecnicista (como foi mostrado pela PEC 55 e pela reforma do Ensino Médio). Esse ensino tecnicista não dá espaço para o exercício de uma educação democrática, crítica e reflexiva. A escola exalta os alunos que respondem de forma positiva a suas expectativas e que se adequam bem ao sistema educacional, ao mesmo tempo em que

marginaliza e estigmatiza aqueles alunos que não se encaixam nos padrões e não atingem as metas propostas de aprendizagem (em geral descoladas de suas realidades como estudantes). Estes últimos passam, então, a ser desestimulados a participar de atividades escolares e são cada vez mais afastados do ambiente escolar.

Por outro lado, em seu pequeno espaço, o Sociologia em Movimento busca dialogar com esses alunos, buscando promover propostas de ensino que visam despertar o pensamento crítico e reflexivo com base nas Ciências Sociais e na Pedagogia. No início das oficinas esses alunos participavam delas porque ganhavam pontos em suas médias escolares na disciplina de sociologia, mas com o passar do tempo foi observado que alguns alunos passaram a participar por gostarem das discussões colocadas em sala. Ao começar a frequentar as oficinas realizadas pelo projeto, esses “maus alunos” (descrição feita inúmeras vezes pelos funcionários da escola) passaram a ser, dentro da sala do projeto, extremamente respeitosos e atentos, se interessando pelo conteúdo das oficinas e sempre dialogando e compartilhando ideias. Ficou claro para nós como seus comportamentos mudam quando estão na oficina, em comparação a momentos nas salas de aula ou pelo espaço da escola, demonstrando como o tipo de abertura que oferecemos nas oficinas cria um ambiente escolar diferenciado para esses alunos, em que eles mesmos agem de maneira diferente do que seria o “mau aluno”.

Enquanto as políticas atuais de educação tendem a dificultar o acesso dos alunos de escola pública à universidade, o projeto Sociologia em Movimento trabalha para aproximar esses alunos do conhecimento universitário e incentivá-los a entrar na universidade, caso desejem. Atualmente faz parte das oficinas conversas sobre o futuro, sobre expectativas e mais concretamente sobre cursos universitários e vestibulares, buscando não inseri-los num discurso meritocrático, mas sim apresentar diversas possibilidades, encorajando-os a pesquisar e buscar outros futuros possíveis, que não aqueles que são dados como certos.

As práticas de ensino, que já eram vigentes e que foram confirmadas (talvez aprofundadas) pelas políticas educacionais do governo atual, reafirmam a posição de aluno sem conhecimento, sucateiam o ensino público, além de escamotear a disciplina de sociologia no Ensino Médio. O projeto Sociologia em Movimento busca ir na contramão desses projetos de governo, com uma proposta de educação libertadora a partir de Paulo Freire, mas sem perder de vista a necessidade de lutar por uma educação pública e de qualidade e pela manutenção e melhoria do ensino de sociologia no Ensino Médio, compreendendo que as oficinas não devem ser substitutas do currículo básico escolar.

Conclusão

Dessa forma, apresentamos parte da proposta desenvolvida no projeto Sociologia em Movimento como modo de incitar um debate acerca das diferentes formas do ensino de sociologia e de pensar

como a extensão universitária pode contribuir tanto à universidade como para a comunidade que a cerca. Como discutimos, há grande importância na formação dos universitários pois, um projeto como o Sociologia em Movimento estabelece diálogos entre a universidade e escolas; gerando, assim: i) forma de conhecimento sobre o que está sendo ensinado, ii) possibilidade da universidade expandir o conhecimento produzido em seu interior, iii) a possibilidade de uma experiência próxima a docência que qualifica a formação dos estudantes de graduação.

Como buscamos mostrar ao longo deste artigo, a atual conjuntura política ameaça projetos como esse e o ensino da sociologia em geral. Esse projeto tem objetivos opostos àqueles sendo colocados em prática atualmente e nos posicionamos como con-

trários a quaisquer medidas que retirem a sociologia como disciplina, uma vez que a enxergamos como necessária à formação dos cidadãos, assim como somos contrários a medidas que busquem cercear a liberdade do debate de ideias e a precarizar o ensino. Contudo, apenas a extensão universitária como desenvolvimento do ensino da Sociologia não é o suficiente, é preciso que se entenda a relevância da obrigatoriedade dessa disciplina no currículo formal. Não se pode acreditar que só a extensão seja capaz de instruir os alunos do Ensino Médio do Brasil. Não se pode acreditar que consiga suprir o déficit que essas medidas políticas acarretarão na promoção do pensamento crítico e contextualização social dos alunos.

Referências Bibliográficas

BASSO, Cláudia; SOARES, Dulce Helena Penna; VERIGUINE, Nadia Rocha. (2014) "Juventude e Perspectivas de Futuro: A Orientação Profissional no Programa Primeiro Emprego". *Psicol. ciênc. prof.* 34,4:1032-1044. Brasília. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932014000401032&lang=pt>. Acesso em: 20 de março de 2017.

BOURDIEU, Pierre. (1998) "A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura." In: M. A. Nogueira, A. Catani (orgs.). *Escritos de educação*. Petrópolis, Vozes.

BRASIL. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado.

_____. (2016a) "Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016". Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. Brasília. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>>. Acesso em 17 de março de 2017.

_____. (2016b) "Medida provisória nº 746, de 2016". Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126992>>. Acesso em 28 de março de 2017.

_____. (2015) "Projeto de Lei nº 867, de 2015". Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf>>. Acesso em 17 de março de 2017.

DAYRELL, Juarez & REIS, Juliana Batista. (2007) "Juventude e escola: reflexões sobre o ensino de sociologia no ensino médio". In: Plancharel, Alice A. e Oliveira, Evelina. *Leituras sobre sociologia no ensino médio*. Alagoas, Editora UFAL. Disponível em: <<https://ensinosociologia.milharal.org/files/2010/09/Dayrell-e-Reis2007-Juventude-Escola.pdf>>. Acesso em 10 de março de 2017.

MORAES, Amaury Cesar. (2003) "Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato". *Tempo Social*, 15,1. São Paulo.

OLIVEIRA, Claudia Hochheim. (2004) "Qual é o Papel da Extensão Universitária? Algumas Reflexões Acerca da Relação entre Universidade". *Políticas Públicas e Sociedade*. Belo Horizonte, Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária.

RUGITSKY, Fernando. (2016) "Para Entender a PEC dos Gastos". Disponível em: <<https://revistafevereiroblog.wordpress.com/2016/11/04/para-entender-a-pec-do-teto-dos-gastos/>>. Acesso em 15 de março de 2017.

VASCONCELLOS, Marcos. (2016) "Proibir professor de abordar temas em sala de aula contrária Constituição". In: *Consultor jurídico*. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2016-jun-23/proibir-professor-abordar-temas-sala-contraria-constituicao>>. Acesso em 19 de março de 2017.

VIEIRA JÚNIOR, Ronaldo Jorge Araujo. (2016) "As Inconstitucionalidades do 'Novo Regime Fiscal' Instituído pela PEC nº 55, de 2016 (PEC nº 241, de 2016, na Câmara dos Deputados)". Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, Brasília (Boletim Legislativo nº 53, de 2016). Disponível em: <www.senado.leg.br/estudos>. Acesso em 15 de março de 2017. Acesso em 17 de março de 2017.